

**UMA FAVELA “DIFERENTE DAS OUTRAS”? ROTINA,
SILENCIAMENTO E AÇÃO COLETIVA NA FAVELA DO
PEREIRÃO, RIO DE JANEIRO.**

Wellington da Silva Conceição¹

Recebido em: Outubro 2014
Aceito em: Dezembro 2014

Para citar este artigo:

CONCEIÇÃO, Wellington. Uma favela “diferente das outras”? Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2013 (1º edição). In: **Revista Intratextos**, 2014, vol, no, p. 116-128. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2014.12724>.

¹ Doutorando PPCIS/UERJ. Bolsista Capes. Email: welsc29@yahoo.fr

As favelas se constituíram, a partir dos anos 30 do século passado, como o principal problema público da cidade do Rio de Janeiro. Desde então, um grupo de moradores dessa cidade, os “favelados”, passaram a ser estigmatizado e absorveram, como marcas em suas peles, as representações negativas que a cidade como um todo elaborou sobre essa forma de moradia. Nos últimos anos, os conflitos entre as favelas e a “cidade” se agravaram: estas foram responsabilizadas pela violência, que se tornou o maior entrave à “cidade maravilhosa”. Essas localidades tornaram-se então um assunto de segurança pública e seus moradores foram atingidos pela adição das acusações de pertença ou convivência com os criminosos (que atuam no tráfico de drogas) ao seu quase centenário estigma. Os moradores das favelas cariocas, no esforço de sempre afirmar seu lugar na cidade, criam estratégias (individuais e coletivas) para se esquivarem dessas percepções negativas. O livro da socióloga Lia de Mattos Rocha é um importante texto onde, a partir de um estudo de caso, apresenta e analisa algumas dessas estratégias, especialmente aquelas que se dão no seio das organizações coletivas.

Antes de prosseguir na apresentação da obra, vale expor o esforço analítico do qual resultou. Segundo conta a própria autora, o trabalho de campo se inicia como uma das diferentes propostas de pesquisa realizadas pelo projeto “Rompendo o cerceamento da palavra: a voz dos favelados em busca de reconhecimento” (financiado pela Faperj e pela Unesco), coordenado pelo professor Dr. Antonio Machado da Silva (IESP/UERJ)². Como parte do projeto, a autora observou uma favela definida como “tranquila”, enquanto outros dois pesquisadores se ocuparam de uma favela dita “violenta” e outra com a presença de grupos criminosos chamados de “milícias”. O prosseguimento da pesquisa resultou na sua tese de doutorado em sociologia pelo IUPERJ, defendida em 2008 e transformada no livro que estamos falando.

O *locus* dessa pesquisa empírica foi a favela do Pereirão (no bairro de Laranjeiras, Zona Sul do Rio de Janeiro), apresentado pela autora no primeiro capítulo. Trata-se de

2 Os principais resultados dessa pesquisa estão publicadas no livro *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*, organizado por Luiz Antonio Machado da Silva (demais dados na bibliografia).

uma favela que se auto representa enquanto “tranquila”. O que permite tal caracterização, segundo o discurso “nativo”, é o fato do lugar não ter tráfico de drogas. O discurso ganha mais força quando se ressalta o passado violento da localidade, marcado não só na memória dos moradores mas também nos arquivos da imprensa. No final da década de 90, logo após a morte do líder do tráfico no Pereirão em um confronto entre policiais e traficantes, a favela foi escolhida para sediar um projeto piloto da secretaria de segurança – o “mutirão pela paz” – que pretendia conjugar eficiência policial, respeito aos direitos humanos e intervenções de políticas sociais. O projeto não seguiu em frente, mas como herança deixou uma sede do BOPE³ nas proximidades e um trailer da polícia militar que lá permaneceu até 2006. Esses “legados” foram percebidos pela população como os principais fatores que contribuíam para a “tranquilidade” do local. Essa caracterização como uma favela “tranquila” e sem tráfico de drogas é apropriada pelos seus moradores como um *capital simbólico* (BOURDIEU, 2004)⁴ nas relações estabelecidas com outros atores da sociedade. Por meio dela podem fazer uma limpeza moral de si e da sua imagem, libertando-a de possíveis vínculos de pertença ou convivência com o tráfico de drogas.

A “tranquilidade” local – aliada a uma vista para a Baía de Guanabara e a inserção na região mais bem equipada da cidade – faziam do Pereirão um lugar excelente de se morar segundo seus “nativos”. A pesquisadora identificou entre eles um esforço de preservação dessas características, evidenciado no receio em se receber novos moradores na localidade. A entrada de novas pessoas poderia ser prejudicial tanto por inchar a população local como por não conhecerem os valores e regras necessários para se morar em uma favela “diferente”. Formam, a partir da análise da pesquisadora, uma *região moral* (PARK, 1976), que não é partilhada por moradores de outras localidades. Por isso o receio da entrada de “estrangeiros”.

Em meio ao discurso da favela “diferente”, “tranquila” e “sem tráfico” a autora recolheu evidências durante a pesquisa que apontam um controle maior pelos traficantes do que o reconhecido pelos moradores. Quando sua presença já estava naturalizada entre

3 Batalhão de operações especiais da polícia militar do Rio de Janeiro.

4 As referências apresentadas no decorrer do texto foram utilizadas pela autora em seu livro.

os locais, ouvia relatos sobre os traficantes de drogas, tanto sobre sua presença no espaço como o potencial risco de agirem no Pereirão assim como fazem os outros traficantes pelas demais favelas. Tal percepção não se amparava somente nas falas, mas nas atitudes: o receio de conversar sobre certos assuntos com medo de uma possível escuta e o cuidado em não visitar determinadas localidades onde atuava o “comando rival” mostravam na favela “diferente” práticas de cerceamento das palavras e ações semelhantes aquelas praticadas nas demais favelas. Também estavam submetidos aos efeitos perversos da *sociabilidade violenta* (MACHADO DA SILVA, 2008), mesmo encontrando diferença na ação dos traficantes da localidade. No Pereirão, a obediência às regras dos traficantes seria motivada pela antecipação da possibilidade da retaliação dos mesmos.

Interessante a percepção da pesquisadora de que, mesmo em momentos tensos, como diante de uma troca de tiros e da presença de um criminoso armado na entrada da favela, o discurso em favor da tranquilidade local não desvanecia: os eventos e casos eram apresentados como exceções que não comprometiam o cotidiano local e muito menos a rotina e a moral dos moradores. Em meio a essas aparentes contradições, a autora questiona como um discurso de “tranquilidade” existe lado-a-lado com o medo e o silêncio dos moradores. Argumenta que a defesa dessa representação transmite aos moradores um sentimento de segurança que os permite confiar na continuidade das rotinas. Tal confiança é o que permite aos moradores uma *segurança ontológica* (GIDDENS, 1990), importante para reduzir a ansiedade provocada pela impossibilidade de suspender a atenção aos riscos.

No segundo capítulo, a autora apresenta suas observações sobre a associação de moradores do Pereirão, com atenção para os seus usos do discurso da “favela tranquila” e suas ações diante da configuração da violência no local, especialmente nesse momento histórico onde as associações encontram dificuldades para atuar tanto dentro como fora das favelas. Durante o período do trabalho de campo, a pesquisadora conseguiu acompanhar o trabalho de dois dirigentes, Antônio e Lúcia. As duas gestões lidam com um mesmo problema: o medo do retorno do tráfico, acenado por sua presença sub-reptícia no local. Mas, a forma como os moradores se organizam se modifica de acordo com cada situação, e daí parte a diferença entre as duas gestões.

Na gestão de Antônio, segundo análise da pesquisadora, faltava uma construção política de contatos e apoios, que o mesmo não desenvolvia talvez por uma falta de *savoir faire* para a política. Além dessa pouca intimidade com a política institucional, lhe faltava também a intimidade com a política cotidiana, feita de contato com os moradores. Reclamava que os moradores solicitavam dele muitas coisas que eles mesmo poderiam fazer, como contatar as agências de serviço público para reclamações. Afirmava ter uma posição privilegiada em relação a outras associações pois podia atuar de forma autônoma, sem a influência dos traficantes de drogas. No entanto, reconhecia que os criminosos poderiam mudar tal quadro, pois tinham poder para isso. A independência da associação era atribuída ao desinteresse dos traficantes e não à uma capacidade organizativa de mantê-los afastados. Identificando o desequilíbrio de forças, em caso de interferência sua única alternativa vislumbrada seria o abandono de cargo. Segundo Zaluar (2004), Machado da Silva e Leite (2004) os traficantes aproximam-se das associações visando controlar os recursos que essas dispõem, sejam esses financeiros ou recursos de poder. No caso do Pereirão, conforme análise da autora, a falta desses recursos poderia ser responsável pelo suposto desinteresse e afastamento dos traficantes da associação.

Mas apesar de afirmar essa liberdade de ação, Antônio reconhecia que há momentos em que o tráfico interfere em assuntos que envolvem a favela. Apesar disso, queria marcar a sua distância (e a da associação) em relação aos traficantes, e por isso evitava situações que pudessem colocá-los frente a frente. Esse afastamento – e até medo do contato - do presidente da associação para com estes criminosos acabou por comprometer sua atuação, pois não cumpriu papéis importantes de uma liderança comunitária. Recusou, por exemplo, uma proposta da prefeitura de organizar a construção e distribuição de casas populares (oferecidas em troca do pedido de uma creche na favela), pois acreditava que os traficantes certamente o procurariam pedindo casas para eles e/ou para pessoas próximas. Mas, apesar de evitar os traficantes, acredita que em certos momentos eles possam ser acionados pelos demais moradores da favela, inclusive já deu essas recomendações em circunstâncias privadas, quando, por exemplo, aconselhou um morador que tinha seu telhado apedrejado por jovens bêbadas a procurar os traficantes locais.

Antônio ainda alegava outras dificuldades na sua gestão, como o esvaziamento da associação. Culpava os desinteresses do poder público pela localidade e dos moradores em se organizar por tal quadro. Segundo o mesmo relatou a autora, seria muito difícil, já que eles não têm um padrinho político (na sua concepção, necessário para mediar junto ao poder público), conseguir algo sem a pressão popular. Antônio parecia não encontrar caminhos para fazer a sua ação política.

A gestão de Lúcia apresentava grandes diferenças em relação a de Antônio. Enquanto o último era um trabalhador manual sem experiência associativa antes de ocupar o cargo, Lúcia já realizava trabalhos em uma ONG (Organização Não Governamental) local. Lúcia conseguia mobilizar mais os moradores: realizava reuniões semanais que já chegaram a contar com 120 presentes. Apontava menos as dificuldades e enfatizava mais a excepcionalidade do lugar por conta da “tranquilidade”. A pesquisadora ressalta que, na nova gestão, mais pessoas procuravam a associação e Lúcia se dispunha para atuar na mediação de conflitos. Apesar de também evitar o contato com o tráfico, o acionava em certos momentos, até para garantir o exercício desse papel de mediação. A autora conta como Lúcia reagiu diante da ameaça de um morador denunciado por ela ao conselho tutelar: mandou chamar os “meninos” que ficavam na entrada da favela, que logo o convenceram a retirar as ameaças.

Lúcia ainda rejeitava a presença de um padrinho político, alegando que o “preço” que cobram pelos favores geralmente é “caro”. “Mais importante que padrinhos é a gente saber reivindicar” – dizia a liderança. Mostrava ter mais ciência de como se mover na burocracia e acionar as pessoas chaves na estrutura, e essas são uma das competências mais acionadas por um dirigente de associação. Mais do que brigar por serviços públicos, como a creche, Lúcia planejava outras formas de ação: queria que a prefeitura financiasse projetos para crianças em idade escolar.

Ainda no segundo capítulo, a autora analisa as representações sobre política e criminalidade violenta de alguns dirigentes e ex-dirigentes de associação de moradores de favelas do Rio de Janeiro (a partir de um coletivo de confiança realizado pela pesquisa anteriormente citada). Entre os vários apontamentos, que merecem ser lidos com atenção,

destaco aqueles que se referem a relação com os traficantes. Nos depoimentos tais lideranças não deixam de apontar que, por conta da força, acabam tendo que se submeter a determinadas ordens e restrições, apesar de algumas ressaltarem que existem diferentes estratégias que permitem sobreviver e agir nessa situação de convivência forçada. Outro ponto é que, diante da uma crise de representatividade pelo qual as associações passam, estas têm encontrado novas formas de ação, e nelas passam a investir seus esforços: assim como as ONGs, tentam captar recursos e oferecer projetos sociais para a comunidade. Apesar de alguns líderes se mostrarem contrários e reconhecerem que isso pode provocar um desvirtuamento dos objetivos da associação, outros apontam que as dificuldades serão maiores diante da recusa em atender essas demandas. Nessa parte do texto, é possível perceber que os dramas políticos da associação na favela “diferente” são iguais àqueles presentes nas demais favelas da cidade.

No terceiro capítulo, a autora apresenta e analisa as práticas da ONG Tv Morrinho, que atua no Pereirão. No período da pesquisa, percebia a ONG florescer enquanto a associação de moradores pouco se movimentava. Diante disso, resolveu também observar como se constituía no Pereirão essa outra forma de movimento social. A pesquisadora ressalta que as ONGs são hoje atores sociais importantes dentro das favelas. No campo das políticas sociais se destacam como agências que as realizam em nome do governo. Agem como parceiras do poder público, que entra com os recursos financeiros mas também mantêm o controle sobre os objetivos e a forma de tratamento dados aos problemas sociais.

Antes da ONG, uma brincadeira: meninos com tempo livre aproveitavam pedaços de tijolos e bonecos de plástico para construir maquetes de favelas, isso ainda no tempo que o Pereirão era considerado um lugar violento. O tema central das brincadeiras era a vida e o cotidiano dos traficantes de drogas. São encenados conflitos entre criminosos de diferentes favelas e destes com a polícia. Os meninos incorporavam os traficantes ou os policiais, recriando as vozes e fazendo os movimentos dos bonecos. A brincadeira foi ficando séria, pois depois de três anos de existência, dois realizadores de filmes publicitários foram conhecer o local e os meninos, interessados em fazer um documentário sobre a iniciativa. Esse encontro proporcionou a construção de uma nova

atividade: uma ação coletiva sobre o território e seus moradores, através do formato do projeto social. Assim nasceu a ONG Tv morrinho, em 2006⁵.

Assim como as demais ONGs que atuam nas favelas cariocas, a pesquisadora argumenta que a Tv Morrinho se adaptou a toda uma gramática dos projetos sociais, que vê nos jovens “favelados” pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade social, a quem devem ser oferecidas oportunidades de ajustamento moral que ajudem a diminuir o risco da opção pelo crime. Um dos argumentos utilizados pela ONG do Pereirão é que seu trabalho existe para afastar jovens do caminho do tráfico de drogas, não só ocupando seu tempo, mas oferecendo uma nova perspectiva de atuação profissional. A autora estranhava tal informação: como defender uma prática que afasta jovens do tráfico em uma localidade que se afirma como sem tráfico? Percebeu que essa fala do morrinho faz sentindo dentro de um discurso maior sobre as favelas cariocas, que tem alimentando essa gramática dos projetos sociais e que parece ser de grande valia na busca dos financiamentos e demais recursos.

Sobre as performances nas encenações com as maquetes – jovens falando de traficantes em uma favela que se define enquanto tranquila para silenciar o assunto - a autora pensa que estas funcionam como uma experimentação da vida criminosa, mas onde essa experiência é vivida enquanto jogo: ali eles não são vítimas, e sim protagonistas. A “brincadeira de bandido” no caso do Pereirão não representaria um interesse de adentrar nesse universo e nem uma adesão ao tráfico de drogas: eles falavam sobre violência em um lugar onde isso é um tabu, o que indica uma quebra no silenciamento sobre a criminalidade que incide sobre o local. Diferente dos outros jovens do Pereirão que silenciam como forma de proteção e limpeza moral, os jovens possuem a sua inserção no projeto como o instrumento para a sua limpeza moral, e por isso estão protegidos contra possíveis condenações morais que recaem sobre os moradores de

5 Conforme conta a autora, depois de instituída enquanto ONG, a Tv morrinho passou a se organizar em 4 linhas de ação: Exposição das maquetes em eventos artísticos; a produtora audiovisual que realiza os seus próprios filmes; o turismo sustentável e o braço social (que pretendia uma capacitação profissional na área de audiovisual). Os meninos passaram a atuar nessas frentes, e a brincadeira se converteu em posto de trabalho. A ONG veio da necessidade de regularizar uma instituição que já existia e que inclusive já recebia patrocínio. Além de formalizar e profissionalizar o grupo, tal regularização também permitia pedir futuros financiamentos.

favelas, proteção essa que permite que falem do tráfico de drogas e de suas ações violentas sem serem estigmatizados.

No quarto capítulo a autora apresenta uma reflexão sobre as rupturas e continuidades entre as ações da associação de moradores e das ONGs. Apesar das diferenças, são elas instituições que surgem de uma mesma ascendência: ambas são organizações da sociedade civil e compartilham valores e metodologias inauguradas a partir do fenômeno chamado de *movimentos sociais urbanos* ou *novos movimentos sociais*, que nascem em oposição aos antigos movimentos sindicais e políticos partidários. Os novos movimentos sociais, conforme argumenta a autora, surgem defendendo a rejeição à institucionalização e o afastamento das estruturas estatais, percebidas como entraves que poderiam causar o enrijecimento ou a cooptação das lutas. Defendiam uma nova forma de articulação com o Estado pautada ora por cobranças e ora por legitimações (por que dele se espera a provisão de direitos e políticas). Tal situação criou posteriormente nos novos movimentos sociais uma ação antagônica entre autonomia e institucionalização. Hoje, nota-se que uma institucionalização em favor da integração com o Estado tem preponderância nas ações de muitas dessas organizações, principalmente as ONGs, que se tornam parceiras (e agências privadas) do Estado para executar ações públicas.

As ações das ONGs passam a responder objetivos e metas definidos pelos parceiros, ocasionando aquilo que Landim (1993) chamou de *associativismo de resultado*. O financiador (que muitas vezes é o Estado) é quem passa a decidir o escopo e o formato dos projetos dessas instituições, e as mesmas perdem a capacidade de atuarem como monitores das ações públicas e de representação dos coletivos populares. Essas organizações ficam atentas a novos problemas: precisam não só reivindicar junto ao estado mas também conquistar legitimidade junto ao grupo que representam. Os temas que as associações de moradores tratam como habitação, saneamento, titulação estão em segundo plano na discussão sobre favelas. O foco do debate está na identificação da favela como território da criminalidade e do tráfico de drogas (o que resultou diretamente na estigmatização dos seus moradores) e na re-apropriação dessa imagem. Diante disso, algumas instituições, nessa disputa simbólica pela representação da favela, procuram

promover uma imagem positiva, inclusive por meio dos audiovisuais, como faz a Tv morrinho. A organização de moradores em projetos sociais muitas vezes tem o objetivo de superar a imagem estigmatizada do local e de seus habitantes.

O aparente sucesso das ONGs e a situação crítica das associações, segundo a autora, dizem respeito a capacidade das mesmas se ajustarem ou não a um novo tipo de capitalismo, que exige flexibilidade e adaptabilidade e a manutenção de vínculos por meio de acordos e redes. Ao executar políticas públicas sociais por meio de projetos – apoiado em problemas e situações locais e temporários – as ONGs respondem positivamente a esse novo capitalismo, encarnando aquilo que Boltanski e Chiapello (1999) chamaram de *Cité par Projet*.

A ação das ONGs ainda está ajustada a relação que o Estado estabeleceu com os territórios pobres da cidade, particularmente através do seu aparelho repressor. Ao tratar dos jovens como risco social participam do mesmo imaginário do aparelho repressor: de que a favela é perigosa, que seus jovens são potenciais marginais e, se não forem “salvos” a tempo, representarão uma ameaça a sociedade. Os projetos funcionam como meios disciplinadores que podem “salvar” os jovens. Para aqueles que não podem e não querem ser incluídos na sociabilidade institucional legal, sobra o extermínio. Os dois movimentos fazem parte um processo de *gestão de populações*, conforme apontado por Foucault (2005). Ao mesmo tempo, observa-se uma ambivalência no discurso dessas instituições: na Tv morrinho, por exemplo, o potencial bandido é também um artista, que na leitura dessa ONG disseminará uma imagem positiva da favela por onde for.

Diante das limitações de ação, as associações desejam os projetos por que esses também são desejados pelos moradores, mas tem dificuldades de adaptação a essa gramática dos projetos sociais. A ambivalência das ONGs, observada no exemplo logo acima, pode até se fazer presente nas associações, mas no momento de conflitos entre e policiais e traficantes, ainda defendem o discurso da vitimização dos moradores em vez da imagem positiva. A associação de moradores também tem dificuldade de se adequar a essa fala partilhada entre o aparelho repressor do Estado e as ONGs que enquadra os moradores de favela enquanto ameaça potencial. Já as ONGs estão ajustadas tanto ao

capitalismo flexível como a *metáfora da guerra* (LEITE, 2000), que regulam e orientam o tratamento dado as favelas pelo Estado. As associações de moradores buscam recuperar sua legitimidade através de um ajustamento ao trabalho das ONGs, mas não as alcançam em função das diferenças de formato e de função que possuem em relação às mesmas. As ONGs alcançam credibilidade e passam a ser a “voz” das favelas, já que, diferente das associações (que tem sua fala desconsiderada em função de um suposto envolvimento com o crime local), são ouvidas e reconhecidas.

Na conclusão, nomeada com o trecho de uma música do Rappa, “Paz sem voz”, a autora explora novamente as principais questões abordadas no decorrer do texto. Dou ênfase a duas delas: a “paz” e a “tranquilidade” do Pereirão, uma “paz sem voz”, nada mais é do que a sua versão local da “lei do silêncio”, pois, apesar de afastar as acusações de pertença ou convivência com os criminosos, também impede que os moradores façam um discurso crítico sobre as violências simbólicas e reais que os traficantes, mesmo agindo de forma sub-reptícia, impõe ao seu cotidiano (“paz sem voz é medo”, diz o trecho complementar da música). A segunda, pensando ainda sobre a “voz”, é o fato de outros atores sociais, como as próprias ONGs, assumirem esse posto de porta vozes das favelas, enquanto a associação padece na descredibilidade do seu discurso. No caso do Pereirão, enquanto a Tv Morrinho expõe suas maquetes em eventos internacionais de arte, representando as favelas cariocas, a associação tem seu papel de mediação limitado e questionado por conta da presença dos traficantes, mesmo sendo uma favela “diferente”. Hoje as associações querem realizar projetos, se ajustando ao caminho de ação das ONGs, assim como Lúcia planejava em sua gestão. Estariam elas (talvez) tentando recuperar, por meio desse caminho, a “sonoridade” da sua “voz”, para dar novamente legitimidade as suas falas e ações.

Trata-se de um livro excelente, que desenvolve as discussões e análises aqui brevemente apresentadas de uma forma muito rica e clara. O texto demonstra uma sensibilidade às provocações do campo empírico e, ao mesmo tempo, uma riqueza no diálogo com a literatura clássica e contemporânea das ciências sociais sobre cidades,

favelas, violência e movimentos sociais. Apesar do livro não falar sobre as UPPs⁶ (a pesquisa encerrou-se antes da instalação da primeira unidade), um capítulo recente e importante da relação entre favelas e violência, suas considerações e conclusões permanecem atuais e relevantes: são muitas as denúncias de que essas unidades, além de não acabarem com a presença dos traficantes (que permanecem cerceando as práticas e falas dos moradores), também atrapalham a autonomia das associações centrando o poder das decisões políticas da localidade na figura do comandante. Com a entrada das UPPs, as ONGs se multiplicaram nas quase 30 favelas “pacificadas” na cidade. Essa entrada é estratégica, primeiro pelo fato de que a segurança oferecida diminui a possibilidade de riscos nos trabalhos dessas organizações, depois, por que como vimos, a prática disciplinadora das ONGs se coaduna com as representações estereotipadas que o aparelho repressor do Estado tem sobre as favelas e seus habitantes. Assim, ingressam nas favelas muitos projetos financiados, a maioria deles ainda percebendo a favela como o lugar da ausência (para onde se deve levar cultura, educação, civilidade, moral, valores) e reproduzindo os estigmas que relacionam seus jovens moradores à criminalidade local.

Referências Bibliográficas:

- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **Le Nouvel esprit du Capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1990.
- LANDIM, L. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome**. Rio de Janeiro, 1993. Tese de Doutorado – PPGAS Museu Nacional/UFRJ.
- LEITE, M.P. “Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 15, n. 44, out. 2000.

6 As Unidades de Polícia pacificadora (UPPs) fazem parte de um projeto policiamento comunitário, da Secretaria Estadual de Segurança Pública, pensado para as favelas cariocas. Iniciou seus trabalhos em 2008 e está presente em aproximadamente 30 favelas.

MACHADO DA SILVA, L.A.. “Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública”. In: MACHADO DA SILVA, L.A (Org.). **Vida sob cerco:** violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Faperj, 2008. _____; LEITE, M. P.. “Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas”. In: MACHADO DA SILVA, L.A . et al. (orgs.). **Rio:** a democracia vista de baixo. Rio de Janeiro: Ibase, 2004.

PARK, R.E. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. In: VELHO, O.G.(org.). **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

ZALUAR, A.. **Integração perversa:** pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.